



**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 144/2025**

*Altera a redação do artigo 6.º da Lei Municipal 7.092/2024 que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2025.*

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte Lei Ordinária:

**Art. 1.º** O artigo 6.º da Lei Municipal 7.092/2024 que estima a Receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 6.º Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a abrir créditos suplementares para atender às insuficiências nas dotações do Orçamento de 2025 e em dotações de créditos especiais, autorizados por Lei, neste exercício, até o limite de 40% do total geral da despesa, mediante utilização de recursos provenientes:*

*I – do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;*

*II – do excesso de arrecadação;*

*III – da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos especiais autorizados em Lei;*

*IV – de produtos de Operações de Crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;*

*V – da Reserva de Contingência vigente, de acordo com as destinações contidas nesta Lei cujos recursos serão utilizados como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários), para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.*

*Parágrafo Único: O percentual autorizado, para a abertura de créditos suplementares, não onera as suplementações para as quais se utilizem, como recursos, os dos incisos I, II e IV e as dotações referentes às despesas de pessoal e encargos sociais.*

**Art. 2.º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 14 de outubro de 2025.

**JOSÉ MARIA DOS SANTOS JÚNIOR**

Secretária Municipal de Gestão Fazendária

**DÉBORA FARIA CASTRO**

Procuradora Geral do Município – OAB/MG 122.315

**INÁCIO FRANCO**

Prefeito Municipal



**Mensagem n.º 51/2025**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei Ordinária anexo, que altera a redação do artigo 6.º da Lei Municipal 7.092/2024 que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2025.

Esta Lei se deve ao fato de que o orçamento do município precisou sofrer várias modificações de recursos e suplementações grandes nos recursos do SUS, FES e FUNDEB, além de troca de valores na folha de pagamento.

Estas são as razões pelas quais, em nome do interesse público, estamos propondo o presente Projeto de Lei Ordinária, e nestes termos, requeremos seja o mesmo apreciado e aprovado, na forma da Lei.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência e Ilustres Vereadores, os mais sinceros protestos de estima e elevada consideração.

Pará de Minas, 14 de outubro de 2025.

**JOSÉ MARIA DOS SANTOS JÚNIOR**

Secretária Municipal de Gestão Fazendária

**DÉBORA FARIA CASTRO**

Procuradora Geral do Município – OAB/MG 122.315

**INÁCIO FRANCO**

Prefeito Municipal

*Excelentíssimo Senhor*

**Délio Alves Ferreira**

DD. Presidente da Câmara Municipal

PARÁ DE MINAS/MG

Nesta

**Assinantes**✓ **José Maria dos Santos Júnior**

Assinou em 14/10/2025 às 10:32:36 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, José Maria dos Santos Júnior, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **DEBORA FARIA CASTRO**

Assinou em 14/10/2025 às 15:53:12 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF \*\*\*.428.596-\*\*

Eu, DEBORA FARIA CASTRO, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **INACIO FRANCO**

Assinou em 15/10/2025 às 08:41:42 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF \*\*\*.252.856-\*\*

Eu, INACIO FRANCO, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

**Veracidade do documento**

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**52Z    P7D    W8X    4JQ**